



# DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO

# 10

# NOV

## A partir das 9 horas Praça da Estação – BH

**T**odos os trabalhadores, de todas as categorias, estão convocados para nos mobilizarmos contra o golpe da Reforma Trabalhista. Ou defendemos nossos direitos ou seremos escravizados pela quadrilha instalada na República. É responsabilidade de cada um defender uma vida digna para suas famílias, com direito ao trabalho decente e preservação dos direitos consolidados na CLT. Precisamos fortalecer nossos instrumentos de luta e nos unirmos nos sindicatos, para garantir nossos direitos coletivos.

**VAMOS RESISTIR AOS GOLPES E PARAR TODO O BRASIL!**

## NOSSA LUTA SE APROFUNDA COM O GOLPE CONTRA OS DIREITOS TRABALHISTAS

O golpe contra direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) começa a ser aplicado neste dia 11 de novembro, quando entra em vigor a Reforma Trabalhista do governo golpista de Michel Temer, que passa a valer em todo o país, precarizando as condições de trabalho dos brasileiros. A partir de agora, os patrões terão leis do seu gosto para ameaçar os direitos trabalhistas, aumentando a exploração desenfreada com terceirizações, trabalho intermitente e outros golpes.

Com o falso argumento de modernizar as relações de trabalho, a reforma

caminha em sentido contrário, retrocedendo às condições nefastas do século XIX. A exploração desenfreada estará permitida em forma de lei, com as profundas mudanças que impactarão a sua vida.

Ao contrário do que diz o governo, os verdadeiros objetivos não são modernizar a legislação trabalhista e estimular a geração de emprego, mas atender aos interesses dos patrões e do mercado. E os resultados enorme retrocesso em direitos históricos, são evidentes: aumento do desemprego e precarização do trabalho.

As novas regras mudam profundamente a lei trabalhista brasileira,

retirando direitos básicos dos trabalhadores e desestruturando as relações de trabalho. Entre as consequências nefastas estão o forte impacto nas formas de contratação, a flexibilização da jornada e das férias, o rebaixamento da remuneração, a alteração nas normas de saúde e segurança do trabalho, a fragilização dos sindicatos e a limitação do acesso à Justiça do Trabalho.

A regulamentação do trabalho temporário, autônomo e terceirizado e da jornada parcial, além da criação de uma nova forma de contrato, a do trabalho intermitente, destruirá a já frágil rede de proteção social existente.

**Aposentadoria fica, terceirização e Temer fora!**

## SINDÁGUA repudia privatização do saneamento em audiência pública na Câmara dos Deputados

A nova investida do governo de Michel Temer para tomar concessões das empresas estatais de saneamento e acelerar o processo de privatização, com as propostas de alterações na legislação do setor, foi discutida pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, em audiência pública, na última terça-feira (7 de novembro). O SINDÁGUA participou da reunião em Brasília, juntamente com a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e demais entidades do setor.

A Medida Provisória que o governo pretende editar é uma grande ameaça a universalização do saneamento, ao propor que empresas estatais de saneamento sejam obrigadas a participar de licitações.

As propostas da minuta da MP atingem frontalmente o princípio do subsídio cruzado, prejudicando as populações pobres, que não teriam condições de arcar com tarifas elevadas para ter acesso aos serviços em suas localidades.



O presidente do SINDÁGUA, José Maria dos Santos, destacou, em sua fala na audiência, que a proposta facilita a privatização das estatais do setor e coloca em risco a universalização do saneamento.

“A minuta da Medida Provisória acaba com a parceria dos municípios com o Estado, obrigando as empresas estatais a participarem de licitação em todas as localidades. O objetivo é deixar para as empresas privadas os sistemas lucrativos e para as estatais os municípios deficitários”, disse Zé Maria.

O projeto de modificações estruturais no marco regulatório do setor prevê o fim do instrumento que permite a celebração de contrato direto entre um município e uma empresa estadual de saneamento. Essa alteração proposta pela MP passaria a exigir o estabelecimento de um Processo de Manifestação de Interesse (PMI) para saber se haveria interesse por parte do setor privado na prestação daquele serviço. Na prática abre-se vez a porteira para a privatização do saneamento básico no Brasil.

Também participaram da audiência, os especialistas Abelardo de Oliveira Filho, ex-secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Edson Aparecido da Silva, representante da Frente Nacional de Saneamento Ambiental (FNSA), e Wladimir Antônio Ribeiro, advogado especialista em saneamento.

